

O Apocalipse

Cânon, simbolismo, doutrina e parâmetro de avaliação histórica

Hugo Hortêncio de Aguiar

Sumário

1. Introdução. 2. O nome. 3. Literatura apocalíptica. 4. A autoria. 5. O simbolismo. 6. O conflito doutrinário. 7. Conclusão.

1. Introdução

Foi um programa do canal 51, "Discovery Channel", da série documentária "As Escrituras", que nos fez escrever este artigo, abordando um tema tão discutido como o "Apocalipse".

Como o documentário fazia referência à descoberta arqueológica de um manuscrito no Egito que, em parte, refazia a tradição do simbólico número 666, pelo número 616, trazendo em consequência interpretações diversas dos eventos e personagens do manifesto escatológico, resolvemos colaborar com a nossa parte, mostrando não ser essa sugestão novidade, como também oferecendo ao leitor algumas curiosidades sobre a cabalística numerologia judaica.

Durante os séculos XIX e XX, centenas e centenas de livros foram editados sobre a matéria, além de publicações diversas, ensaios, artigos de revistas e jornais, entrevistas pelos meios de comunicação enfocando os aspectos essenciais desse curioso documento bíblico, sendo o simbolismo judaico, inegavelmente, o pólo de atração máxima do interesse dos leitores.

Hugo Hortêncio de Aguiar é militar reformado e especialista em cultura do Oriente Médio.

Assim, não vamos tratar o assunto como mais um exegeta, isto é, discutindo aspectos doutrinários, o que delegamos para pastores e dirigentes espirituais das várias seitas cristãs, pois reconhecemos a nossa limitação no conhecimento básico especializado, imprescindível para tal, o que não é nenhum demérito, uma vez que nenhum dos analistas, pesquisadores, historiadores dos mais renomados do mundo conseguiu até hoje, de modo completo e irrefutável, dominar a essência escatológica de tão fabuloso documento doutrinário e profético. As pesquisas e tentativas arqueológicas têm sido exaustivas, sendo a citada pelo referido seriado de TV apenas uma a mais, entre as inúmeras, na ansiosa busca de solução desse intrincado quebra-cabeças.

É isso que pretendemos mostrar ao leitor, quase a título de curiosidade, enfocando especialmente a simbologia numérica judaica e abordando, somente quando absolutamente necessário, a temática doutrinária. E isso só faremos no item 6 e na “conclusão”, pois não podemos deixar de caracterizar o papel fundamental representado pelo Apocalipse no antagonismo doutrinário, o mais sério problema nos primeiros anos do Cristianismo, deixando marcas profundas, por que não dizermos, até os dias de hoje.

2. O nome

A palavra “Apocalipse” é uma transliteração, quase que em exata projeção gráfica, do termo original grego, significando “revelação” em português. A pronúncia, naturalmente, é diferente. A tônica, em grego, é no segundo “a”, enquanto em nossa língua é no “i”.

Assim, em grego transliterado, é “Apocálipis”; em português é “Apocalipse”. O sinal da acentuação tônica é somente para caracterizar a diferença de pronúncia; não obedece às regras de pontuação, nem da gramática grega, nem da gramática portuguesa.

A maioria dos idiomas adota o significado “revelação” como tradução, o que é legítimo, pois assim está explícito em qualquer dicionário grego bilíngüe. No entanto, uma minoria de línguas, como é o caso do português, mantém a palavra original grega transliterada, com a natural diferença de pronúncia. Acontece que, nessa segunda opção, o termo “apocalipse” tem um indisfarçável sentido de “fim de mundo”, prevalecendo sobre os aspectos históricos e doutrinários.

No segundo caso, é o misticismo superando a semântica, indo ao encontro da preocupação natural de grande número de leitores ávidos por predições escatológicas, ansiosos por uma antevisão do futuro deste nosso conturbado planeta, dando ao termo uma irrefutável autenticidade.

A aceitação do “Apocalipse” somente como repertório de eventos históricos e bíblicos, ou apenas como veículo de propagação doutrinária, de que ele é de fato um exemplo substancial, limita sua abrangência milenar e o seu fascínio como previsão profética, às vezes pessimista, o que tanta perturbação causou nos primeiros séculos da Era Cristã, com reflexos sensíveis até nossos dias, entre dirigentes espirituais e exegetas das diversas seitas religiosas, especialmente entre os menos preparados para a apreciação de tão polêmico documento.

3. Literatura apocalíptica

É muito vasta. Além dos apocalipses canônicos, um do Antigo e outro do Novo Testamento, conhecidos respectivamente como de Daniel e de São João, há uma infinidade de outros menos difundidos, como o de Abraão, o da Assunção de Moisés, o de Henoc (em três idiomas diferentes), o de Baruc, o de Isaías, o de Esdras, o dos Jubileus, o do Testamento dos Doze Patriarcas, os pequenos apocalipses dos Evangelhos, o da Epístola de São Paulo e outros considerados apócrifos, pseudonímicos ou interpolações.

A todos eles se podem aplicar considerações semelhantes, respeitados alguns aspectos especiais, que se resumem nas seguintes:

- descrição de fatos passados, análise da situação presente e predições sobre o futuro, tudo referido a períodos da história caracterizados por flutuações de poder de reinos e impérios, o que implica erros cronológicos e de onomástica, pois, pela falta de recursos tecnológicos, as referências eram inexatas;

- foram concebidos em períodos de crise, como conforto, projetando sempre, como recompensa, uma promessa messiânica;

- eram pseudonímicos, para que seus autores fugissem à perseguição dos opressores. O do Novo Testamento foge a essa regra, substituindo esse recurso por um simbolismo fantástico;

- não havendo imprensa nem qualquer meio mecânico de reprodução, os documentos eram grafados manualmente por redatores e copistas que se sucediam, às vezes, por gerações sucessivas, originando erros de datas e lugares, muitas vezes significativos, com adulteração do sentido – o problema era constante;

- finalmente, o simbolismo, traço cultural do oriental, em geral, e do judeu, em particular, teve seu uso pleno nos apocalipses, chegando ao máximo no Apocalipse de São João, que, além de uma obra doutrinária de magnitude, continua, como conjunto profético e apocalíptico, a desafiar, pelo seu simbolismo, a perspicácia dos estudiosos.

4. A autoria

No item anterior, dissemos que uma das características dos apocalipses era a pseudonímia dos autores, como meio de fugir à repressão do poder constituído, e que o Apocalipse de João era uma exceção.

De fato, esse apocalipse, já na primeira fase, identifica o seu verdadeiro autor: “O Apocalipse de Jesus Cristo, o que Deus lhe

deu...” etc.; melhor identificação autoral não existe.

Quando discutimos a chamada “autoria”¹ do Apocalipse de João, estamos na realidade procurando identificar o vidente, o receptor da comunicação, o intermediário da manifestação sobrenatural, que se autodenomina João, logo na Introdução. No Espiritismo, sem descer a considerações precisas, é chamado “médium”.

Há inúmeras correntes de opinião sobre esse citado João, inclusive a de que ele seja um pseudônimo. Contudo, a esta altura das análises, podemos assegurar que os pesquisadores estão grupados em duas correntes, quase que em sua totalidade, adotando o seguinte:

- o primeiro grupo, com menor número de adeptos, mas com significativa expressão, defende a idéia de que o João do Apocalipse seja um outro João da Ásia Menor, com especial indicação para o presbítero João de Hierápolis, cidade próxima a Éfeso e de muita importância na época;

- o segundo grupo, em grande e tradicional maioria, não aceita outra autoria para o Apocalipse do Novo Testamento diferente da do apóstolo e evangelista João, filho de Zebedeu e Salomé.

Vejamos as razões que são apresentadas em defesa das duas correntes de opinião:

a) do primeiro grupo, contrário à autoria de João Evangelista:

- não há certeza da presença de João Evangelista em Éfeso;

- como em vários outros apocalipses, o nome João pode ter sido pseudônimo, como regra de fuga às perseguições que, no caso dos romanos, eram tão violentas em Éfeso (capital asiática) quanto em Roma;

- havia na região de Éfeso um presbítero chamado João, mais ligado à cidade de Hierápolis; segundo Papias, bispo dessa

¹ A partir deste ponto, vamos usar os termos “autoria” e “autor” no sentido genérico, para facilidade de exposição, pois já esclarecemos que o verdadeiro autor do Apocalipse é Jesus Cristo, como está explícito na Introdução do manifesto.

cidade, e uma fonte em Alexandria, o presbítero João pode ter sido até discípulo de João Evangelista, pois eram da mesma época; com certeza, adotava todos os princípios cristãos;

- o documento apresentava conceitos e imagens não condizentes, aparentemente, quanto ao ensino de Jesus, particularmente no aspecto pessimista, não apropriado a um seu apóstolo.

b) do segundo grupo, que julga a autoria do apóstolo João como a única possível:

- não há prova concreta da presença de João Evangelista em Éfeso, mas há indícios veementes de sua estada demorada naquela região: conotações cronológicas e citações históricas correlatas de fatos e lugares dão um peso muito grande às atividades do Apóstolo na área, bem como a seu desterro na ilha de Patmos;

- embora não seja uma prova decisiva, a citação do nome de João no Apocalipse não deixa de ser, pelo menos, um fator sugestivo;

- não havia na região, segundo o que tem sido pesquisado, nenhum outro João, a não ser o presbítero de Hierápolis;

- referido presbítero, mesmo com seu provável Cristianismo, não possuía liderança carismática marcante na área para escrever cartas de censura tão fortes quanto às dirigidas às Igrejas da Ásia Menor, qualidade que João Evangelista apresentava sobejamente. As poucas referências ao presbítero de Hierápolis não tinham consistência para caracterizá-lo como autor de manifesto de tal magnitude;

- embora escrito em grego², o documento é indiscutivelmente de inspiração judaico-cristã, redigido por alguém muito ligado aos cristãos de Jerusalém, conhecedor profundo daquela cidade e de seus costumes, o que indica a figura do apóstolo João;

² O Apocalipse pode ter sido, inicialmente, escrito em aramaico ou hebraico e transcrito para o grego pelo próprio João Evangelista, ou por um escriba, seu discípulo ou amigo. Isso era comum na época.

- o Apocalipse está escrito em grego elementar³, refletindo em verdadeira grandeza a limitação cultural de João, filho de Zebedeu e Salomé, um Galileu que falava um inculto aramaico. Como sabemos, os apóstolos, quando em missão, comunicavam-se com o povo do país que percorriam de acordo com o grau de cultura que eles, apóstolos, possuíam. Quanto ao conflito com a doutrina de Jesus, comentaremos o assunto no item 6 e na "Conclusão";

- apenas uma curiosidade: até alguns anos passados (não sabemos se ainda continua assim), havia um passeio turístico para visita ao túmulo de Maria, em Éfeso. Essa viagem de Maria, acompanhando o apóstolo João a Éfeso, onde ela teria morrido, é uma tradição paralela, sendo a tradição principal que o seu passamento se deu mesmo em Jerusalém, em condições especiais. Concordamos com essa última, que mais responde aos costumes judaicos. Maria teria falecido cerca do ano 50 d.C., mais ou menos com 70 ou 72 anos de idade. João, que a adotara, só depois teria se deslocado para Éfeso, sozinho, lá pelo ano 51 d.C.

Retornando à autoria do Apocalipse, podemos afirmar que não somente as fontes cristãs, como renomados analistas de orientação "racionalista" aceitam o apóstolo João Evangelista como o verdadeiro autor do Apocalipse do Novo Testamento, o canônico, restando, atualmente, pouca oposição a essa corrente de opinião.

5. O simbolismo

O uso exagerado do simbolismo era a forma de expressão literária preferida pelos profetas, com especialidades nos trechos escatológicos, em que, juntamente com a pseudonímia, procuravam fugir à ira dos poderosos; como também, pela tradição

³ Segundo Antônio Freire, jesuíta português e uma autoridade em cultura helênica, as obras do Novo Testamento, da autoria de João Evangelista, são as que mais se afastam da pureza da linguagem, sobretudo o Apocalipse.

bíblica, era um recurso muito simpático ao grande público.

Isso era devido ao grande número de figurações de elementos da natureza, como animais selvagens, ainda numerosos, e fenômenos atmosféricos, não identificados cientificamente. A linguagem era acessível porque traduzia aspectos práticos da vida dos habitantes; mas se complicou gradualmente quando o simbolismo enveredou pelos numerológicos esotéricos, exigindo leitores “iniciados”. Esse tipo de simbolismo, sem dúvida mais elitista, restringiu o leque do rebanho receptivo. Por outro lado, despertou mais interesse dos leitores, sequiosos pela busca da verdade e fascinados pelo teor cabalístico. Tomemos como exemplo a atenção especial que o número 666 desperta. Depois de tudo que temos lido e relido sobre esse renomado número, pouco temos a acrescentar, mas vamos tentar, pelo menos, aumentar sua fama, citando algumas “curiosidades”.

No cabalismo oriental, e particularmente na tradição bíblica judaica (mais próxima de nós), há muitas lendas a respeito desse número, que tem por base o algarismo 6, a “expressão do mal”.

O conceito vem de época muito antiga. Vamos citar dois exemplos.

Golias, o gigante filisteu, era um guerreiro que representava a maldade contra o reino de Israel, no tempo de David. Era tido como possuidor de seis dedos, nas mãos e nos pés.

Depois do retorno da Babilônia, símbolo da corrupção e do poder, os judeus propalavam muitas histórias sobre edificações naquela cidade, quase sempre ligadas a deuses pagãos, cujas medidas eram seis ou múltiplos de seis, referidas às unidades básicas de então.

O número 666 é uma repetição triálgarítmica do número 6, ajustando-se perfeitamente ao espírito literário tradicional do judeu, que usa a repetição (além de duas outras formas) para expressar o superlativo absoluto, inexistente em sua gramática.

Assim, 666 significaria a maldade humana em toda a sua plenitude.

Os leitores certamente têm conhecimento de outros números simbólicos, além do número 666.

O número 7, que significa seqüência, série, também expressa “perfeição terrestre”. O número 10 e seus múltiplos, aumento de dimensões. O número 12 e seu quadrado (144), multidão, grande quantidade.

Jesus de Nazaré utilizou muito o simbolismo, em geral⁴. Perguntado quantas vezes devemos perdoar, respondeu 70×7 , isto é $(7 \times 10) \times 7$ (Mateus, XVIII, 20), que é uma quantidade respeitável de vezes.

No entanto, o número 666 é realmente o que mais desperta a curiosidade, pois, além dos fluidos esotéricos que lhe atribuem, apresenta arranjos numéricos singulares: 36, quadrado de 6 (o número do “mal”), é *triangular* de 8 (a soma interior de números inteiros de 1 a 8). Assim: $8 + 7 + 6 + \dots + 1 = 36$. Por sua vez, 666 é *triangular* de 36 (a soma dos números inteiros de 1 a 36). Assim: $36 + 35 + 34 + \dots + 1 = 666$.

De modo que 666 é a conseqüente de um arranjo matemático com base 8, aumentada em dupla escala: número 8 esse que João Evangelista identifica com a “Besta”. Essa identificação tem causado muito espanto às fontes cristãs, para as quais o número 8 é também símbolo de “perfeição celestial”. Compreendamos tanto esoterismo...

Mas João Evangelista declara (Apocalipse, cap. XIII, 18): “Aqui é preciso *discernimento*. Quem é *inteligente* calcule ...”.

O conceito de “Besta do Apocalipse”, embora personificada esta num só homem, é abrangente, referido não somente ao Império Romano e seus Imperadores, mas a toda sociedade contaminada pela maldade e pela devassidão, particularmente a de

⁴ A parábola, muito usada por Jesus, é uma forma de simbolismo em que são usadas figuras concretas, reais, para expressarem imagens virtuais. É uma forma indicada quando é grande a diferença de nível cultural entre o locutor (pregador) e os ouvintes (doutrinados).

Roma, um exemplo histórico dessas duas características. Todavia, nem todo mundo aceita 666 como expressão numérica da Besta do Apocalipse.

A citação de uma descoberta arqueológica, pelo "Discovery Channel", em Nag Hammadi, Egito, foi o motivo principal que nos levou a escrever este artigo.

O manuscrito descoberto (um deles) fazia referência ao número 616, que expressaria realmente a imagem da Besta, descartando o tradicional 666.

Essas descobertas em Nag Hammadi são consideradas, no mínimo, suspeitas, pois um documento conhecido como "Heresia de Basíledes"⁵, constante de um documento apócrifo, e fazendo parte dessa propalada descoberta, relata como "farsa" a morte de Jesus de Nazaré na cruz, apresentando relatos parciais, de uma incoerência infantil. Como a nossa posição é lidar com os elementos postos na mesa para discussão, principalmente os referentes a simbolismo, nosso objetivo neste item 5, vamos comparar as duas correntes mais destacadas na discussão dessa numerologia.

A primeira corrente, embora menos numerosa, é exatamente aquela que admite como centro de toda essa simbologia numérica o número 616. Foi influenciada naturalmente pela descoberta arqueológica no Egito e é constituída de dois grupos: os pesquisadores conscienciosos, que só têm como objetivo a busca da verdade, e aqueles que dão crédito a qualquer fonte de informação, contanto que seja concordante com suas posições filosóficas. Nessa linha de pensamento, temos que fazer a corres-

⁵ Essa "Heresia de Basíledes", contida num documento apócrifo, achado em Nag Hammadi, Egito, é analiticamente incorreta e incompetente (realizamos uma pesquisa consistente, minuciosa e completa de toda a Paixão, no seu local exato). Nem o MI-5 ou o MI-6 da Inteligência da Inglaterra, país da primeira edição do livro "O Santo Graal e a Linguagem Sagrada", poderiam arquitetar e realizar uma proeza igual à que a publicação descreve nas págs. 294 a 300, 321 e 322, constituindo, na realidade, um acinte à astúcia e perspicácia dos dirigentes fariseus da época da crucifixão de Jesus.

pondência entre as letras e os números, em grego, para conseguirmos o resultado 616. Três foram as alternativas consideradas para essa prospecção:

1) Foi considerado o número como título de quase todos os imperadores "César-Deus". Fazendo a transliteração do português para o grego, temos: César-Deus = Kaisar-Teos (pronunciar "Késsar Theós", pois o T de Teos, em grego, é um "teta" e não um "t" e vale 9). Fazendo a correspondência numérica, temos:

$$\begin{aligned} & (K A I S A R) + (T h E O S) = \\ & (20 + 1 + 10 + 200 + 1 + 100) + (9 + 5 \\ & + 70 + 200) = \\ & (332) + (284) = 616 \end{aligned}$$

2) A segunda alternativa considera todas as contagens da série de Imperadores a partir de Calígula (em português Caio César, em latim Gaius Caesar e em grego transliterado Gaios Kaisar). Temos a correspondência:

$$\begin{aligned} & (G A I O S) (K A I S A R) \\ & (3 + 1 + 10 + 70 + 200) + (20 + 1 + 10 \\ & + 200 + 1 + 100) \\ & 284 + 332 = 616 \end{aligned}$$

Nessas duas alternativas, temos que fazer uma concessão histórica a seus defensores: atribuímos a Calígula o início das contagens, como se ele tivesse sido o centro ou o marco inicial das perseguições aos cristãos. No período de Calígula (37 d.C. a 41 d.C.), os primeiros judeus cristãos estavam chegando em Roma e nem eram identificados. Somente no período do imperador Cláudio, sucessor de Calígula, houve a primeira deportação de judeus (que não chegou a ser uma perseguição violenta), cujo objeto de culto era um certo "Chrêsto" (assim pronunciavam a palavra "Cristo"), e que os romanos pensavam ser os adeptos de uma seita judaica. Calígula nunca perseguiu cristãos, mesmo porque não era possível cronologicamente tal imputação, e, além disso, ele só se interessava pelo próprio endeusamento. Era reconhecidamente louco e tentou erigir uma estátua sua no

Templo (Jerusalém), o que não conseguiu, tendo morrido logo.

Essas duas alternativas têm a vantagem de ser abrangentes, mormente a primeira, considerando a seqüência de imperadores, todos eles deploráveis, e considerando-se, quase todos, representantes dos deuses.

Todavia, por outro lado, dificultam muito a interpretação histórica. Assim, se Calígula não pôde ser o deflagrador da perseguição ao Cristianismo (historicamente provado), Diocleciano caracterizou a última perseguição aos cristãos em todo o Império, sendo assim uma referência histórica. E mais, baseava o seu poder na divindade; como seu prenome era também Gaius (em latim; em grego Gaios), estava composta a chapa para traduzir o número 616.

Em contraposição, Diocleciano governou de 284 a 305 d.C., dois séculos após a edição, ou melhor, a distribuição dos manuscritos do Apocalipse. É um conflito histórico ponderável.

3) A terceira alternativa argumenta com a latinização do nome de Nerón para Nero, com o fim de facilitar a compreensão dos romanos, permanecendo o título de César em hebraico. De fato, temos em hebraico o conjunto NERO CÉSAR formando 616, número resultante da supressão do “n” final de Nerón, o que não é preciso demonstrar, pois valendo o “n” 50 (em hebraico), $666 - 50 = 616$.

Uma segunda corrente de pesquisadores, a mais tradicionalista e numerosa, adota uma outra linha de pensamento: considera o número 666 como a verdadeira expressão simbólica da “Besta”, personificada em Nerón César, como era conhecido na Judéia. Lembremo-nos que João era “judeu”⁶ e que levou o nome hebraico do Imperador para a Ásia Menor. Ele sabia que os romanos

⁶ Sabemos que João Apóstolo era galileu, de Bethsaida, filho de Zebedeu e Salomé. Pela prevalência dos judeus (religiosa, política, cultural e econômica) em toda a Palestina, é comum o emprego desse termo a todos os habitantes da área, descendentes das tribos de Israel.

pouco conheciam do hebraico ou do aramaico, pois a língua da elite em Roma era o grego, utilizando mais um artifício para fugir ao cerco do poder romano. Além disso, no tempo do Apocalipse, o idioma hebraico não possuía vogais, somente consoantes, e a vocalização era muito difícil, o que só foi corrigido muitos séculos depois. Ainda hoje, somente em livros escolares é adotada a grafia vocalizada, para facilitar a pronúncia. Vejamos a correspondência em hebraico:

Nerón César = NRON QSR (pronunciar Nerón Quéssar)
(N R O N) (Q S R)
(50 + 200 + 6 + 50) + (100 + 60 + 200)
 $306 + 360 = 666$

Em hebraico, escrevemos da direita para a esquerda, o que resulta no mesmo.

O “o” em português equivale a um “vav” em hebraico e vale 6.

Essa linha de pensamento atende às seguintes considerações:

1) abrangência do número 666 como expressão da maldade humana, muito bem representada por Roma, e um exemplo sugestivo da repetição na literatura judaica tradicional, com base no número 6, símbolo do mal;

2) o número 666, personificando Nerón César, pronúncia do pré-nome em hebraico, idioma litúrgico que João Evangelista conhecia um pouco, mascarava um pouco para os romanos a identificação do personagem mais visado pelo manifesto. Nero César foi uma síntese de todas as características negativas dos Imperadores Romanos que o sucederam, numa antecipação nefasta. Assim, dos primeiros bastaria citarmos a insensibilidade de Tibério, a loucura de Calígula, a natureza sanguinária de Cláudio. Da segunda série foram exemplos marcantes a crueldade de Domiciano, o rancor de Sétimo Severo e o espírito de perseguição de Valeriano e de Diocleciano. Para coroar a personalidade de Lucius Domitius Aenobarbus, conhecido na história como Nero, o tirano expressava

a vaidade e a arrogância da maioria dos Imperadores.

3) sendo assim, a indicação de Nero como centro de toda essa visão apocalíptica é perfeitamente compreensível, no aspecto “Anticristo”.

Várias alternativas têm aparecido para interpretar o Cap. XVIII, 9-12, do Apocalipse, um trecho misterioso e chave para entendimento de outras partes. Uma das mais sensatas é a constante do Novo Testamento (versão da “Vulgata” de Don Vicente D. Zione e Comentário do Padre Tintori-OFM), que interpreta “os cinco reis que já morreram”, como Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio e Nero. O sexto, “que ainda vive”, seria Vespasiano, e o sétimo, que “vai durar pouco”, Tito. O oitavo, “a própria imagem da Besta”, seria Domiciano. O grupo dos “sete” seria a série de Imperadores. O restante do trecho é do consenso geral, sem muitas discordâncias. É claro que essa interpretação é uma sugestão apenas.

É muito equilibrada, mas apresenta um desacordo histórico: declara que o “sexto” “ainda vive”, na pessoa de Vespasiano; pressupõe que o Apocalipse foi redigido de 69 a 79 d.C., o que era muito aceito no século passado, sendo que a totalidade dos analistas, hoje em dia, julga a época mais provável o final do século I, no governo de Domiciano, lá pelo ano 95 d.C. Essa linha atende às seguintes considerações:

- respeita historicamente a seqüência de Imperadores, inclusive o sétimo, Tito, prevendo sua curta duração, o que é absolutamente exato;

- a indicação de Domiciano como a segunda “Besta”, fazendo parte dos “sete” (a seqüência de Imperadores perseguidores), responde ao conceito arraigado de Domiciano tão cruel quanto Nero, tendo levado a perseguição a quase toda a área do Império Romano;

- o fato de ser começada a relação de imperadores com Augusto é justificado, porque nenhuma hipótese inclui Julio César, considerado o mentor, organiza-

dor e precursor dos Imperadores, mas assassinado logo; bem como Galba, Óton e Vitélio, que, todos de mandato muito curto e às vezes superpostos, num único ano tumultuado, foram, por esse motivo, ignorados em quase todas as interpretações. Porque, de fato, há muitas concepções para interpretação desse misterioso trecho do Apocalipse, tantas quantas a mente humana pode imaginar, dentro de certos parâmetros históricos.

Não podemos, é compreensível, citar muitas. Contudo, gostaríamos de abordar uma “sugestão” curiosa para desvendar esse controverso Cap. XVIII, 9-12:

- “os cinco reis que já morreram” seriam os Imperadores Calígula, Cláudio, Nero, Vespasiano e Tito;

- o sexto, “que ainda vive”, seria Domiciano;

- o sétimo, “que deve durar pouco”, Nerva (não governou dois anos);

- o oitavo, também “imagem da Besta” e que “faz parte dos sete”, seria Trajano.

Surge logo uma objeção a essa idéia, pois grande número de historiadores conceitua Trajano como fazendo parte da relação de “bons Imperadores”. Como administrador, talvez mereça essa cotação. Mas, para o Cristianismo, não. Desde Nero, passando por Domiciano e até Nerva, os cristãos foram perseguidos como elementos perigosos, capazes de ações contra a sociedade; mas não havia um delito, formalizado em lei, caracterizando o movimento cristão. Com Trajano, o Cristianismo passou a ser “um crime contra o Estado” (então, politeísta, pagão) e “hostil ao culto imperial”. A pena de morte continuou a ser aplicada, então “legalmente”, pois o Cristianismo era uma religião universal, repudiando a religião oficial de Roma. Para encobrir os verdadeiros intentos, Trajano abrandou muitas medidas repressoras, como proibir a invasão de domicílios cristãos e evitar denúncias infundadas.

Essa linha de pensamento apresenta pequenas restrições, mas tem a grande

característica de ser uma das poucas a coincidir o período de Domiciano com a edição do Apocalipse, o que é um ajuste analítico notável.

Além disso, admite um conceito implícito de Anticristo para aqueles que, sem usarem meios violentos, procuram atacar o Cristianismo, destruindo seus valores fundamentais.

Como exemplo, nos tempos atuais, basta citarmos os governantes, legisladores e comunicadores sociais que, na busca de lucros políticos ou interesses diversos, investem contra a tradicional família cristã, procurando agradar determinados círculos, a pretexto de um falso liberalismo.

A verdade é que ninguém até hoje apresentou uma interpretação irrefutável e o melhor é apenas concordarmos com São Gerônimo, que declara ser o Apocalipse um Livro fechado, de elevadas profecias, onde há tantos mistérios quanto palavras e onde cada palavra tem inúmeros significados (Novo Testamento, versão da Vulgata, já referida neste item, pág. 727). São Gerônimo foi um doutor da Igreja e notável tradutor.

Apesar de toda dificuldade, pelo simbolismo exagerado, o Apocalipse era entendido por muita gente. Vamos citar a opinião de Samuel Sandmel, PhD, professor de Bíblia e de Literatura Helenística, Hebrew Union College, Cincinnati, responsável pela Introdução Judaica ao Apocalipse (Bíblia Sagrada - Edição Ecumênica - Barga 1974):

“Embora aspectos do escrito apocalíptico possam parecer sem sentido para o leitor moderno, quando essas obras foram escritas, elas tinham sentido completo”.

E observem os leitores que apenas abordamos uma parte dos símbolos numéricos, de menor quantidade.

Não é somente na literatura apocalíptica que os símbolos são usados. Deles abusaram o Antigo e o Novo Testamento, de um modo geral. Também em outras atividades humanas, desde o alvorecer da civilização,

a simbologia está presente, como, por exemplo, na propaganda comercial, com o uso prático de produtos figurados.

Nos nossos dias, para darmos um exemplo bem atual, e para resumir a gama imensa de conceitos e idéias numa área tão abrangente como a da informática, apoiada eletronicamente, somente o emprego de símbolos literais e gráficos permite atingir os objetivos almejados, criando uma linguagem codificada, sem a qual não haveria correspondência entre os membros dessa sofisticada comunidade.

Poderíamos citar a medicina, com seu repertório imprescindível de símbolos literais.

Porém há uma diferença fundamental.

A simbologia das atividades seculares tem por objetivo resumir, ou esclarecer, ou sensibilizar; enquanto a simbologia da literatura apocalíptica, com sua dose natural de esoterismo, tem como preocupação maior “confundir os opressores”.

6. O conflito doutrinário

No Evangelho de João, Cap. XXI, VV 20-23, o trecho é interpretado, pela quase totalidade dos analistas cristãos, como uma censura de Jesus a Pedro sobre a longevidade de João, a se estender até Sua vinda. Essa “vinda” tem sido entendida como a Parusia ou Segunda Vinda, interpretação essa apresentada em forma de comentários.

Humildemente, não concordamos com esse entendimento do trecho, pois Jesus não faria uma promessa de vida a João que não se iria realizar. Além disso, o verbo usado foi “vir” (“até que eu venha”), não estabelecendo necessariamente um vínculo semântico com o retorno glorioso identificado pelo Novo Testamento como Parusia ou Segunda Vinda. Julgamos ter Jesus querido dizer que a João seria dado viver até Sua manifestação individual ao Apóstolo em Patmos, do mesmo modo já manifestado a Saulo (depois Paulo), na estrada de Damasco. Tanto o judeu Saulo

de Tarso como o “apóstolo predileto” foram privilegiados com uma Parusia particular.

O primeiro, perseguidor cruel dos cristãos, fariseu extremado, discípulo de Gamaliel, dono de uma cultura invulgar para a época, fiscal rigoroso do cumprimento da formal lei judaica, homologou esse currículo com o patrocínio do apedrejamento de Santo Estêvão.

Escolhas curiosas:

Paulo de Tarso, com todo esse fervor de Anticristianismo, é designado para levar aos gentios, como mensagem, exatamente o maior símbolo do Cristianismo: Jesus Cristo; Deus-Filho Salvador⁷ e, paralelamente, as virtudes teológicas: Fé, Esperança e Caridade, sendo essa última a “maior”. Como base para a salvação, a Fé.

Para líder da mensagem tradicional da Lei Mosaica, foi designado Pedro (“apasceta minhas ovelhas”), exatamente o primeiro a reconhecer Jesus como “O Cristo, Filho de Deus Vivo”, em Cesaréia de Felipe. Esse rebanho entregue por Jesus a Pedro era constituído da comunidade judaica, de judeus já convertidos ou a converter, pois Ele era um fiel cumpridor da Lei Mosaica até sua manifestação pública, quando transformou os preceitos formais judaicos em autênticas “boas obras”, tirando-lhes o caráter formal e de exterioridade.

No entanto algumas formalidades ainda permaneciam com os Apóstolos, como, por exemplo, a circuncisão e o respeito absoluto aos sábados e outras.

Para Paulo de Tarso, a condição necessária à salvação era a Fé. Para o grupo de Jerusalém, liderado por Pedro, só “as boas obras” davam acesso ao reino celeste.

⁷ As iniciais gregas das palavras Jesus Cristo, Deus Filho Salvador, juntas, formam uma palavra significando “peixe”. Talvez seja a melhor opção para explicar o desenho que os cristãos faziam em Roma, como código, para fugirem à repressão das autoridades romanas. A outra opção, mais conhecida, é que isso era devido à profissão dos apóstolos, em sua maioria “pescadores”.

Eis aí o conflito filosófico que atingiu o Cristianismo no seu nascedouro e por quase todo o primeiro século.

É verdade que, durante o concílio de Jerusalém (48 d.C.), as duas correntes acertaram alguns pontos, pois não havia realmente uma discórdia entre as partes, mas sim entre os judeus convertidos, a sofrer com as influências helênicas. Assim, Paulo de Tarso complementou a Fé com a Caridade (Coríntios I, Cap. XIII, VV de 1 a 13) e Pedro admitiu excluir os gentios convertidos da obrigação da circuncisão (Atos dos Apóstolos, XV, VV 1 a 12).

Era um primeiro passo na direção da unidade.

Houve outros avanços, porque havia ainda algumas divergências, porém não cisão. Havia ainda o que conciliar, como se depreende da Epístola de São Tiago (Cap. II, VV 14 a 22) e da Epístola de São Paulo (Romanos, Cap. V, todo).

Paulo de Tarso caminhou na direção das “boas obras” e a “Turma de Jerusalém” na direção do valor da “Fé”, sendo as citações tão numerosas, de um e de outro lado, que não caberiam neste artigo.

Todavia podemos resumir o final dessa polêmica: a fé é a base, é a condição “necessária” à salvação. Mas não é “bastante”, “suficiente”. A fé deve ser complementada pelas “boas obras”, sem as quais se torna vazia, inócua.

Foi já com as “correntes” conciliadas, com a morte de Pedro (64 ou 67 d.C.) e de Paulo de Tarso (67 d.C.) e de todos os outros Apóstolos, exceto a do próprio João, e com os cristãos convertidos ainda confusos e perseguidos por Domiciano, que surgiu o Apocalipse (mais ou menos 95 d.C.).

Seu privilegiado receptor foi João Apóstolo (Evangelista), aquele a quem fora previsto ficar vivo até que Ele, Jesus, “viesse”. A revelação foi na ilha de Patmos⁸,

⁸ A ilha de Patmos fica no mar Egeu, cerca de 110 km de Éfeso, na atual Turquia. Era um lugar de exílio para os condenados políticos, que tinham certa liberdade de trânsito pela ilha e podiam facilmente

próxima a Éfeso, então a capital asiática do Império Romano.

O manifesto tinha duas finalidades bem distintas: a primeira, comum a todos os apocalipses, servir de conforto aos inúmeros cristãos perseguidos (na época por Domiciano); a segunda, esclarecer e pôr um ponto final nas remanescentes indagações exegéticas, após a morte dos Apóstolos. Sim, porque o Apocalipse é um magnífico conjunto doutrinário que sintetiza os Evangelhos e as Epístolas. Contudo, segundo São João, tem que ser lido com *discernimento e inteligência*...

Por outro lado, por necessidade de fugir à repressão, era de um simbolismo fantástico e utilizava muitas imagens aterradoras: era milenarista e pessimista, típico da inspiração judaico-cristã, características dominantes na maior parte dos manifestos. Por isso sofreu muitas rejeições, por conflitantes com os ensinamentos humildes e bondosos de Jesus de Nazaré. Alguns doutores da Igreja não o aceitaram como canônico, entre eles Eusébio, Bispo de Cesaréia. Foi decisiva para a sua indicação (do Apocalipse) no rol dos canônicos a edição do Quarto Evangelho, de São João, que, parecendo ter percebido esse contencioso, redigiu-o logo após o Apocalipse (lá pelo ano 96 ou 97 d.C.).

O Quarto Evangelho, escrito sem dúvida por João Evangelista, é considerado pelos críticos não cristãos o mais fiel na descrição dos fatos e pelos comentaristas Doutores da Igreja, o mais teológico, o mais sublime.

Após controvérsias sobre sua autoria, terminaram julgando esse Evangelho tipicamente joanino, pois só um Evangelista conhecedor profundo de Jerusalém, bem como um Apóstolo muito ligado a Jesus de Nazaré, nos momentos mais transcendentais, poderia escrever um relato tão es-

se comunicar com viajantes de barco. A viagem de embarcação a vela durava, entre Patmos e Éfeso, em média, até uma jornada "sol a sol", dependendo do vento e do mar.

clarecedor sobre a "boa obra" e "prescrição judaica", ao mesmo tempo que confirmava o condoreirismo de Paulo de Tarso na fé em Jesus Cristo, encarnado como Filho de Deus.

O Quarto Evangelho pode não ser o mais "importante", pois essa comparação é muito terrena, mas, com certeza, é "diferente".

De modo que a disposição dos quatro Evangelistas, em frente à Catedral de Brasília, situando Mateus, Marcos e Lucas de um lado e, de outro lado e em frente, João, é absolutamente correta: os três sinópticos e o teológico.

O Quarto Evangelho selou a divergência doutrinária e abrandou o Apocalipse.

Sabemos que muita gente (a maioria das pessoas), quando lê qualquer matéria referente ao Apocalipse⁹, costuma dizer "não acredito em nada disso".

Como religião, política e futebol não devemos discutir, a não ser em locais apropriados e com elementos funcionalmente habilitados para isso, nós também vamos seguir o conselho.

No entanto, aproveitando o espaço número 9 das "Notas" (no respectivo rodapé), vamos apresentar um argumento, se não convincente, pelo menos "curioso", escolhido especialmente para os descrentes. Leiam com atenção, por favor.

⁹ Quando fazemos pesquisas sobre matérias tipo Apocalipse, abrangentes, com aspectos polêmicos, consultamos fontes diversas e publicações em grande número de idiomas (a maioria ocidentais, mas alguns orientais), sendo alguns desses idiomas considerados muito *clássicos*. Todos eles, sem exceção, em suas edições sobre Apocalipse, traduzem-no literalmente, conservando a impureza de linguagem e até mesmo certas impropriedades gramaticais. Isso nos chamou a atenção, mas descobrimos logo o motivo: no cap. XXII, vv 18 e 19, do Apocalipse, há um alerta muito claro para aquele que "acrescentar" ou "tirar" alguma coisa ou palavra do livro desta profecia. E termina dizendo qual o castigo que Deus aplicará ao infrator. A explicação é muito fácil. Ideal para os descrentes, é a tradução oportuna do antigo "ditado" (espanhol), cujo sentido crítico e real se ajusta muito bem ao caso: "Eu não acredito em bruxas. Mas que elas existem..." - Ninguém se arrisca.

7. Conclusão

No item 1. Introdução, citamos o motivo principal que nos levou a escrever este artigo sobre Apocalipse, um tema já tão explorado nos últimos tempos. Também declaramos que só iríamos abordar simbologia numérica, enfoque principal do documentário da TV. Quanto à parte doutrinária, somente quando fosse absolutamente necessário, e dissemos por que razão. No entanto, no item 6 e na Conclusão, tivemos que salientar o papel extraordinário exercido pelo Apocalipse na doutrina cristã.

Nos itens 2, 3 e 4, esclarecemos seguidamente a razão do nome “Apocalipse”, dissecamos um pouco a literatura apocalíptica, mostrando a necessidade de sua forma literária, e ressaltamos a excelência única do Apocalipse de João quanto à autoria e ao simbolismo.

O item 5 foi mais pormenorizado, pois abordamos com mais profundidade o aspecto “simbolismo numérico”, exatamente o tema principal do documentário da TV; e mostramos as dificuldades de interpretação de um certo trecho do manifesto.

Finalmente, no item 6 abordamos o aspecto doutrinário, indispensável por devermos trazer à tona eventos bíblicos marcantes e citações evangélicas que caracterizaram as duas “correntes” distintas, representadas pela tradição formal judaica (embora transformada por Jesus), de um lado, e, do outro, pelo condoreirismo místico de Paulo de Tarso, dando traços definidos ao conflito doutrinário do Cristianismo no seu nascedouro, polêmico até a edição final do Apocalipse e do seu singular “apoio” teológico, o Quarto Evangelho do Apóstolo João.

Queremos aproveitar este espaço final da Conclusão para traçarmos um perfil mais completo do “Apóstolo dos Gentios”.

Paulo de Tarso foi um fenômeno: no misticismo, na cultura e na dialética. Até os judeus, os mais atingidos pelas suas exortações em favor da Fé e contra as formais

prescrições da Lei Judaica, expressaram em “The Meaning of Dead Sea Scrolls – A. P. Davies”, livro de inspiração puramente judaica, ser Paulo de Tarso o “supremo mestre da síntese”.

Entretanto, um traço de sua personalidade exuberante de intelectualidade foi pouco explorado: a sua “visão profética”.

Tendo como carro-chefe de sua mensagem a Fé, ele utilizou essa base fundamental e eixo central em torno do qual passariam a girar todas as concepções filosóficas determinantes das atitudes e movimentos sociais nestes dois milênios após sua morte.

De fato, sem querermos abarcar toda a história da Era Cristã, impossível nesse singelo artigo, e considerando apenas o período a partir da Revolução Francesa (1789), o que podemos caracterizar como “Civilização Ocidental Moderna”, verificamos o abalo sofrido pelos princípios do Cristianismo, particularmente a Fé, em consequência dos avanços tecnológicos da revolução industrial e da pesquisa no campo espacial.

Aprofundaram ainda mais essa atitude de retração da Fé Cristã, já no século XX, apesar da neo-ortodoxia e da neo-escolástica, as filosofias materialistas de Karl Marx e Jean Paul Sartre.

A primeira gerou um movimento político-social chamado “Comunismo” e a segunda, o “Existencialismo”, visão da “existência do homem livre como centro de tudo”, mas liberdade essa fonte de angustia e terror.

Essas duas filosofias, considerando “Deus” como mera ficção, fracassaram, embora Sartre tenha pressentido a parte relativa à angustia e ao terror.

Com efeito, as pesquisas no campo da antropologia, do universo cósmico, da medicina e do controle social trouxeram, em contrapartida, mais dúvidas quanto à origem do homem, mais ansiedade pela existência extraterrestre, mais polêmicas filosóficas e legais em torno da engenharia genética, mais apreensão pelo aparecimen-

to de doenças novas (Ebola, Flu, Sars), como se o câncer e a AIDS, ainda não controlados, não bastassem. Mais do que isso, o terror pelo aumento da criminalidade urbana.

Em resposta, a população angustiada procura, além das clínicas especializadas, os templos e centros religiosos de todas as seitas, os ambientes esotéricos e até adota muitas atitudes de contemplação oriental, para obtenção de sua cura, ou pelo menos, para um relaxamento libertador. Cada pessoa procura um remédio para o seu mal e, a bem da verdade, muitas colaboram nas soluções comunitárias. É natural que as seitas de retorno imediato sejam as mais procuradas. É surpreendente o aumento de frequentadores a esses ambientes citados. Não há dúvida de que é verificado um retorno lento, mas progressivo, aos padrões da espiritualidade, principalmente nas grandes cidades, em face da inoperância dos meios terrestres.

Para complicar ainda mais a situação, as notícias recentes dão conta dos avanços da tecnologia nuclear na Coreia do Norte, no Irã e em outros países que nem sabemos. Porém sabemos que a China, o Paquistão, a Índia e Israel já possuem o seu arsenal atômico, embora limitado. Os EEUU já devem dominar a tecnologia extraterrestre, e a Rússia, ultimamente, anunciou o aperfeiçoamento do Topol-M, cujo míssil pode atingir 10.000 km. Até a França, apóstola das conversações diplomáticas multilaterais, já está “ensaiando” os seus “passeios” à Lua.

Não tenhamos receio de “guerra fria” entre as superpotências. O perigo agora é muito maior. A Rússia está “de olho” na Coreia do Norte, cuja fronteira Norte dista cerca de 150 km da base naval russa de Vladivostok, uma importante cidade estratégica na costa ocidental do mar do Japão.

E ainda mais.

O Ocidente vive apreensivo pela possibilidade de aquisição da completa tecnologia nuclear por parte dos grupos terroristas,

presentemente já utilizando mísseis de pequeno alcance. Os grupos terroristas procuram dar feição de “guerra santa” às turbulências no Afeganistão, no Iraque e na Palestina, quando então terão de persuadir os governos do chamado “eixo do mal” a lhes transmitirem o ciclo completo do processamento atômico, porquanto os ingredientes necessários já circulam no incontrolável mercado negro.

A utilização dessa arma terrível por grupos não controlados, fanatizados, vai causar efeitos devastadores. Não tenhamos dúvida de que a resposta dos chamados países democráticos do Ocidente, possuidores desse invento destruidor, em condições muito superiores de potência e tecnologia será simplesmente catastrófica, pois já não haverá mais perda de tempo com a seleção dos objetivos, eles já estão cadastrados. Isso já dissemos em artigo anterior desta Revista, “A Palestina depois de Cristo”.

A tríade mística “homem-fé-eternidade” apresenta agora novo perfil, com sentido invertido. Há um século atrás, em face das teorias materialistas e dos progressos científicos, a indagação que nos fazíamos, apenas como problema filosófico, era “se deveríamos ou não acreditar em Deus”.

Atualmente, a preocupação máxima a nos afligir, devido ao grau de corrupção a que chegou a humanidade e à real ameaça atômica, é sabermos “se Deus ainda acredita em nós”¹⁰.

MARÂNA TÁ¹¹.

¹⁰ Uma versão (acrescida de valores do tema) de um pensamento de Mário Quintana, que com conhecida criatividade motivava frases de ocasião para traduzir verdades sapienciais. A presente foi dita numa entrevista de TV, cuja data e dados precisos escaparam das nossas anotações.

¹¹ Queremos terminar estas Notas com a frase aramaica “MARÂNA TÁ” por várias razões: – primeira: porque era muito usada nos Templos Cristãos na Palestina nos primórdios do Cristianismo, como resposta dos convertidos ao que era lido pelo “leitor” (geralmente em hebraico) em certos trechos litúrgicos; – segunda: porque é a penúltima sentença do Apocalipse (a última é a Bênção Final). Ela encerra todo o conteúdo do manifesto com o pedido ansioso: Senhor,

Referências

- A BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1973.
- A LÍNGUA do Talmud sua gramática. Varsóvia: A Luz, 1909. Exemplar em aramaico e hebraico.
- A TORÁ, os profetas e as escrituras. Israel: Sociedade Bíblica, 1970. Exemplar em hebraico.
- AGUIAR, Hugo Hortêncio. *Coletânea de provérbios*. [S. l.: s. n.], [19--]. Exemplar em espanhol e russo.
- vem! - terceira: nas edições cristãs do Apocalipse, com poucas exceções, essa frase aramaica é escrita de duas maneiras: "Maran atá" e "Marâna tá". A bem da verdade, nenhuma das duas está absolutamente certa. Na primeira delas, a palavra "maran" está correta, significando "Senhor Nosso", mas o segundo termo "atá" não tem explicação. "Atá" traduz o infinitivo impessoal ou a terceira pessoa do masculino singular do pretérito perfeito do verbo "vir", com o sentido de "veio". Na segunda maneira, é o inverso. Tem o "tá" correto, como imperativo masculino da segunda pessoa do singular, significando "vem". Quanto à palavra "marâna", somente recebendo um "a" eufônico, para ligação com o termo da frente, pode ser explicada. "Marâna" não existe em aramaico com o sentido de "Senhor Nosso", somente "maran" (no singular), como já foi dito. Preferimos essa última opção, "marâna ta", mais de acordo com a prevalência fonética do aramaico, e porque conjugou muito bem o verbo "atá" com a palavra "ta" (vem), no imperativo. Esse verbo "atá" é um verbo do aramaico sírio-caldaico, falado na Babilônia de então, e trazido pelos judeus para a Palestina.
- Sua conjugação é complexa, pois apresenta muitas formas esdrúxulas, de sentido específico. Contudo, queremos, com esse verbo, terminar estas Notas, porque Jesus de Nazaré, quando ensinou o "Pai Nosso" aos Apóstolos, usou a frase aramaica (transliterada) "têithêi mal' khutakh" (o *th* é como o *th* em inglês; e o *kh* é como o *j* em espanhol), significando "que venha o Teu Reino".
- "Têithêi" é uma forma futura (3ª pessoa do feminino singular) do verbo "atá", mas em português (e em outros idiomas) é traduzida pelo subjuntivo, em casos especiais. De modo que, terminando o Apocalipse, vamos fazer a saudação final com o vocativo "SENHOR, VEM", mas falando em aramaico: "MARÂNA TÁ", cuidando bem da acentuação tônica, dispensando o adjetivo "Nosso" (de Senhor) e usando o tratamento "tu" (segunda pessoa do singular) quando dirigido a um só indivíduo, qualquer que seja o seu grau de dignidade (padrões de cultura semítica). Observação: colocamos os acentos tônicos nas frases aramaicas somente para facilitar a pronúncia. Juntar os dois termos e pronunciar MARANÁTA, como acento tônico do penúltimo "A", como está indicado, é, em aramaico, simplesmente uma solução inaceitável.
- ALLO, E.B. *Saint Jean: L'Apocalypse*. Paris: Études Bibliques, 1921.
- BRATSKI Viestnik: mensageiro fraternal. Moscou: [s. n.], 1976. Exemplar em Russo.
- BURNS, Edward McNall. *História da civilização ocidental*. Porto Alegre: Globo, [19--]. 2 v.
- DAS ALTE Testament und Das Neue Testament. Zürich: [s. n.], 1958. Exemplar em alemão.
- DAVIES, A. Powell. *The meaning of dead sea scrolls*. [S. l.: s. n.], [19--].
- EDIÇÃO ecumênica da bíblia. Rio de Janeiro: Barsa, 1974.
- EXTRATO do Bratski Viestnik, com Oração do Pai Nosso. [S. l.: s. n.], [19--]. Exemplar em Russo Antigo.
- FOTOCÓPIA do Pai Nosso em Aramaico. Israel: Igreja do Pai Nosso, 1978. Exemplar em Aramaico.
- FREIRE, S. J. A. *Gramática grega*. 5. ed. Atenas: [s. n.], [19--].
- GOSHÉ, Ramat Gan-Moshé. *Fragments of lost targumim: part one*. [S. l.]: Bar Ilan University, 1987. Exemplar em aramaico e hebraico.
- NOVO Testamento. Atenas: [s. n.], 1968. Exemplar em grego.
- NOVO Testamento. Washington: The Gideons International, 1972. Exemplar em Inglês e Português.
- NOVO Testamento: versão da Vulgata. São Paulo: Paulinas, 1961.
- PETT, Paul. *História antiga*, 5. ed. São Paulo: Difusora, [19--].
- RAGON, E. *Grammaire grecque*. 6. Ed. Paris: [s. n.], [19--].
- RENAN, Ernest. *Anti-Christo*. Porto: Biblioteca Racionalista, [19--].
- ROSENTHAL, Franz. *A grammar of biblical aramaic*. Wiesbaden: [s. n.], 1974.
- ROWLEY, H.H. *A importância da literatura apocalíptica*. São Paulo: Paulinas, 1980.
- THE NEW Testament. London: [s. n.], [19--]. Exemplar em hebraico e inglês.
- TRANQUÍLO, Caio Suetônio. *A vida dos doze césares*. 6. ed. São Paulo: Rena, [19--].
- VERMES, G. *Os manuscritos do mar morto*. São Paulo: Mercury, 1991.